



Seminários Sustentáveis

Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável - FBDS

Encontro I

Posicionamento atual do Brasil
nas negociações para o pós-Kyoto

2008

Sumário

// O projeto // **3**

// Apresentação do tema: o pós-Kyoto // **4e5**

// Principais acordos internacionais // **6**

// Posicionamento dos principais agentes nas negociações // **7**

// Principais impactos das mudanças climáticas // **8e9**

// Entrevista especial: Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado // **10e11**

// O Seminário: abertura // **12**

// Emissões por país // **13**

// Rubens Ricupero // **14e15**

// Luiz Gylvan Meira Filho // **16e17**

// André Odenbreit Carvalho // **18e19**

// O que deveria ser a proposta brasileira // **21**

Desde sua criação em 1992, a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável – FBDS procurou atuar diretamente sobre a questão do clima. As primeiras discussões realizadas sobre os conceitos de baseline e adicionalidades, indispensáveis para a implementação de projetos da Convenção do Clima, foram realizadas em 1992/93, através de workshops coordenados pela FBDS e patrocinados pela UNDP – United Nations Development Program, com participação de especialistas de todo o mundo.

Por ter diferenciado network com a comunidade científica e com corporações nacionais e internacionais, e por contar com um Conselho Curador com sólida experiência de negócios e forte conhecimento técnico-científico, a FBDS tem como objetivo estratégico fomentar o diálogo sobre temas relevantes ao desenvolvimento sustentável, bem como documentar o conhecimento gerado pela instituição.

Deste objetivo nasceu o projeto dos Seminários Sustentáveis. O conteúdo que consta deste caderno é fruto do Seminário **Posicionamento atual do Brasil nas negociações para o pós-Kyoto**, o primeiro encontro de uma série de quatro a serem promovidos em 2008 pela FBDS, com apoio da AES Tietê. O programa do seminário contou com boas-vindas de Israel Klabin, abertura e mediação do embaixador Rubens Ricupero, e apresentações de Luiz Gylvan Meira Filho, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, e de André Odenbreit Carvalho, Chefe da Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores.

Os próximos Seminários serão:

- Fatores limitantes à implementação de medidas mitigadoras do Aquecimento Global
- Desmatamento evitado
- Valor gerado pela sustentabilidade

“A Fundação está grata à AES Tietê pelo suporte que nos tem dado, tratando-se de um parceiro fundamental nas ações de quem, como nós da FBDS, procura fontes alternativas de recursos e processos modernos de desenvolvimento”, Israel Klabin, presidente do Conselho Curador da FBDS.

Apresentação do tema: o pós-Kyoto

As notícias sobre os agravamentos dos impactos do aquecimento global trazem, mais uma vez, a temática para o centro das discussões mundiais. Encontros oficiais como a reunião do G8 – grupo dos sete países mais ricos e Rússia – prevista para julho de 2008, terão o tema como prioridade. No Brasil, o cenário não é diferente: há debates sobre o papel do país frente às futuras negociações.

O que é necessário para dar impulso às negociações de dispositivos mais avançados e efetivos do que o Tratado de Kyoto? Há condições para romper o atual impasse com relação ao uso abusivo da matriz energética de origem fóssil e à destruição de florestas e da biodiversidade?

Frente a esse cenário, o secretário-executivo da Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática, Yvo de Boer, declarou: “A fim de evitar um vácuo entre o fim do primeiro período de obrigações do Protocolo de Kyoto em 2012 e a entrada em vigor de um novo quadro institucional, as negociações iniciadas em Bali, em 2007 necessitarão estar concluídas em 2009”.

Mas tudo indica que o processo demandará mais do que dois anos. No âmbito dos dois fóruns da etapa preparatória – o Grupo de Trabalho relativo aos países do Anexo I (*ver tabela abaixo*) e o chamado Diálogo sobre Ações de Longo Prazo, existe consenso sobre os quatro pilares fundamentais: adaptação, mitigação, tecnologia e arquitetura financeira, esta última constituindo a condição para tornar possível uma ação sustentada.

Sobre a arquitetura financeira, é imperativo que se transforme de modo radical o atual modelo de desenvolvimento econômico, que tem como princípio um consumo indiscriminado, incompatível com a finitude dos recursos naturais existentes e a capacidade do planeta de absorver as emissões da matriz energética.

Porém, é pouco provável que o atual governo dos Estados Unidos, o maior poluidor do planeta, recue da posição contrária a tetos obrigatórios de emissão. É improvável ainda que a China, segundo maior emissor, encontre alternativas de energia limpa para modificar sua matriz energética, cada

Países do Anexo I - metas: porcentagem do ano base ou período

Alemanha	92	Irlanda	92
Austrália	108	Islândia	110
Áustria	92	Itália	92
Bélgica	92	Japão	94
Bulgária*	92	Letônia*	92
Canadá	94	Liechtenstein	92
Comunidade Européia	92	Lituânia*	92
Croácia*	95	Luxemburgo	92
Dinamarca	92	Mônaco	92
Eslováquia*	92	Noruega	101
Eslovênia*	92	Nova Zelândia	100
Espanha	92	Países Baixos	92
Estados Unidos da América	93	Polônia*	94
Estônia*	92	Portugal	92
Federação Russa*	100	Grã-Bretanha / Irlanda do Norte	92
Finlândia	92	República Tcheca*	92
França	92	Romênia*	92
Grécia	92	Suécia	92
Hungria*	94	Suíça	92
		Ucrânia*	100

* Países em processo de transição para uma economia de mercado

Fonte: <http://unfccc.int/>

“ Na Amazônia, vi como a floresta, o ‘pulmão da terra’ está sendo sufocada. Se a previsão mais forte do IPCC se tornar realidade, grande parte da selva amazônica se transformará em savana. ”

Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU

vez mais dependente de carvão de má qualidade e de emissões de gases de efeito estufa.

Além da timidez das metas obrigatórias, a deficiência básica de Kyoto se deve, acima de tudo, à recusa dos Estados Unidos de assumirem compromissos obrigatórios de diminuição de suas emissões. As futuras negociações terão de enfrentar ainda resistência injustificável da China, da Índia e do próprio Brasil, economias que têm, hoje, o crescimento mais acelerado do planeta, estando na raiz do significativo aumento do ritmo de emissões, e que estão fora do Anexo I (ou seja, sem restrições às emissões). Essas nações consideram o desenvolvimento econômico de suas populações uma política mais importante do que o combate ao aquecimento global.

Por isso, é necessário definir com exatidão o que se entende pelo princípio de “responsabilidade comum e diferenciada” da Convenção do Clima. Não há dúvida de que a responsabilidade maior cabe aos países industrializados por terem sido os que mais contribuíram para o acúmulo de emissões de gases de efeito estufa historicamente. Estima-se que mais de 70% do estoque dos gases foram lançados à atmosfera por esses países do Anexo I. Contudo, desde 1990, a maior parte do aumento da taxa de emissão destes gases provém de economias fora desse grupo. China e Índia, por exemplo, representarão até 2030, 80% do aumento de consumo de carvão.

Dos quatro maiores culpados pelas emissões de dióxido de carbono – China, EUA, Rússia e Índia –

“ Nós não estamos mais brincando com modelos de computador. Isso aqui é informação empírica ”

Co-presidente do grupo de trabalho 2 do IPCC,
Martin Parry

o primeiro e o quarto estão fora do Anexo I (a Índia deve ultrapassar a Rússia em 2015). Se acrescentarmos os países que se dedicam a queimar florestas – Indonésia, Brasil, Malásia e África do Sul – vê-se bem que os países em desenvolvimento precisam ter um papel fundamental nas futuras reduções das emissões de gases de efeito estufa.

Dentro desse impasse quanto às responsabilidades de cada país nas ações de mitigação, qual deveria ser o papel do Brasil? Que tipo de liderança nosso país deve exercer, sabendo que o tempo está cada vez mais escasso e que as decisões precisam ser tomadas no curto prazo?

É nesse clima de reflexão que a FBDS, com o patrocínio da AES Tietê, realizou esse debate, sempre com o intuito de promover as discussões que nos permitam alcançar um desenvolvimento sustentável.

**países que mais emitem
CO2 na atmosfera
(%) do total emitido no mundo**

Estados Unidos	36,1
Rússia	17,4
Japão	8,5
Alemanha	7,4
Reino Unido	4,3
Canadá	3,3
Itália	3,1
Polônia	3,0
França	2,7
Austrália	2,1
Espanha	1,9
Países Baixos	1,2
República Checa	1,2
Romênia	1,2

Fonte: <http://unfccc.int/>

“ As mudanças climáticas colocam em risco a saúde humana. O aquecimento do planeta será gradual, mas o efeito de tempestades, enchentes e secas é abrupto e imediato. ”

Margaret Chan, diretora-geral da OMS

Principais acordos internacionais

Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)

Adotada durante a RIO-92, a Convenção estabelece diretrizes para ações intergovernamentais que tenham o objetivo de reduzir o impacto das atividades humanas na mudança climática. Nela, todos reconhecem que o clima da Terra é um recurso natural compartilhado, cuja estabilidade pode ser seriamente afetada pela emissão de gases de efeito estufa. A Convenção foi ratificada por 192 países e entrou em vigor no dia 21 de março de 1994. Pela Convenção, os governos se comprometeram a:

- reunir e dividir informações sobre gases de efeito estufa, políticas nacionais e boas práticas;
- desenvolver estratégias nacionais para controlar emissões de gases de efeito estufa, adaptar-se para os impactos esperados pela mudança climática, incluindo apoio financeiro e tecnológico para países em desenvolvimento;
- cooperar na adaptação necessária às possíveis consequências do aquecimento global.

Protocolo de Kyoto

Mesmo após a adoção da Convenção do Clima, as emissões de gases de efeito estufa continuaram a crescer no mundo todo. Ficou evidente que somente uma obrigação legal sobre as emissões dos países desenvolvidos poderia incentivar os governos, o setor privado e os indivíduos a atentar para o problema.

Depois de dois anos e meio de negociações, em 11 de dezembro de 1997, foi assinado o Protocolo de Kyoto, durante a terceira Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP-3), na cidade japonesa de Kyoto.

O Protocolo estabeleceu reduções obrigatórias nas emissões de gases de efeito estufa para os países desenvolvidos e economias em transição, diferentemente da Convenção do Clima, que só incentivava essas reduções.

As regras detalhadas do Protocolo foram acertadas em Marrakesh, em 2001, durante a sétima Conferência das Partes (COP-7), o que ficou conhecido como “Acordos de Marrakesh”. Apesar de assinado por todos os envolvidos, alguns países como os Estados Unidos não o ratificaram. O Protocolo entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005, transformando-se em Tratado de Kyoto.

Fonte: <http://unfccc.int/>

1968 Após o acidente com o petroleiro Torrey Canyon em 1967, a Suécia propõe na Assembleia Geral das Nações Unidas uma reunião para tratar das questões ambientais que necessitam de cooperação internacional.

1978 1ª Conferência Mundial sobre Clima, realizada em Genebra, Suíça.

1992 A RIO-92 reuniu 160 chefes de Estado e resultou na assinatura da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

1972 1ª Conferência sobre Meio Ambiente das Nações Unidas, em Estocolmo, Suécia.

1990 2ª Conferência Mundial sobre Clima. Criação do IPCC.

IPCC – Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas é o órgão das Nações Unidas responsável por produzir informações científicas em relatórios anuais que são divulgados desde 1988. Os relatórios são baseados na revisão de pesquisas de 2.500 cientistas de todo o mundo.

Posicionamento dos principais agentes nas negociações

Com o prazo final da primeira fase do Tratado de Kyoto se aproximando (o último ano é 2012), as negociações para o estabelecimento das regras que irão vigorar de 2013 em diante já começaram. Abaixo, as posições defendidas pelos principais agentes desse delicado arranjo político:

Estados Unidos >> contrário a um acordo internacional para o tema, acredita que as metas de médio e longo prazo devem ser estabelecidas nacionalmente por cada país. Não aceita negociar, caso os países em desenvolvimento se recusem a aceitar metas para suas próprias emissões.

União Européia e Japão >> apóiam a adoção de metas internacionais para a emissão de gases de efeito estufa, inclusive adiantando-se em relação ao resto do mundo, com metas internas mais rigorosas. Apóiam também a inclusão de créditos de carbono oriundos de projetos de conservação florestal (desmatamento evitado) no próximo acordo.

China e Índia >> não admitem a imposição de quotas para suas emissões, pois alegam que o problema do aquecimento global foi causado pelas emissões dos países desenvolvidos a partir da revolução industrial. Comparam suas emissões per capita com as dos países do Anexo I para justificar que não são os principais poluidores. Também dizem que precisam emitir mais para se desenvolver economicamente e, assim, reduzir a pobreza de suas populações.

Brasil >> até o momento, compartilha a visão de Índia e China sobre a responsabilidade dos países desenvolvidos em pagar a maior parte do custo de redução dos gases de efeito estufa, não aceitando metas sobre emissões. Por ter uma matriz energética privilegiada em termos de emissão (hidroelétricas, termoeletricas a gás natural, etanol de cana-de-açúcar), o principal problema do Brasil é o desmatamento da floresta amazônica. Neste tema, o governo brasileiro tem a política de não apoiar a inclusão do desmatamento evitado no mercado de carbono.

Outros Países em Desenvolvimento >> por serem mais vulneráveis aos efeitos do aquecimento global como inundações, desertificação e outras catástrofes naturais, esses países buscam ampliar a ajuda financeira internacional para adaptação, ou seja, ações que visam preparar essas regiões para as mudanças climáticas já esperadas.

2001 Os Acordos de Marrakesh, realizados durante a COP-7, criam as principais regras para o funcionamento do Protocolo de Kyoto, permitindo a sua futura implementação. Os Estados Unidos abandonam o acordo alegando impactos negativos para a sua economia.

2005 Entrada em vigor do Tratado de Kyoto, em fevereiro.

2009 A próxima Conferência das Partes (COP-14) será realizada em Copenhague, Dinamarca.

1997 IPCC diz que há evidências de que as mudanças climáticas são fruto de emissões antrópicas de gases de efeito estufa. Assinado o Protocolo de Kyoto durante a 3ª Conferência das Partes, limitando a emissão de gases relacionados ao aquecimento global dos países desenvolvidos e economias em transição.

2003 Criação da Bolsa de reduções voluntárias (CCX) em Chicago, EUA.

2007 Na COP-13, realizada em Bali, na Indonésia, avançaram as negociações para a criação de um novo acordo que irá vigorar após 2012. Temas como inclusão de quotas para países em desenvolvimento, projetos de desmatamento evitado e fundos para adaptação são debatidos.

Principais impactos das mudanças climáticas

AUMENTO DE TEMPERATURA	ÁGUA	ALIMENTAÇÃO	SAÚDE
1°C	Pequenas geleiras somem nos Andes. O abastecimento de água é ameaçado para 50 milhões de pessoas.	Aumento modesto na produção agrícola de países temperados.	300.000 pessoas morrerão por doenças ligadas ao aumento da temperatura.
2°C	20-30% de redução potencial da quantidade de água disponível em algumas regiões como o Mediterrâneo.	Queda da produção agrícola nos países tropicais (10-15% na África).	40-60 milhões a mais de pessoas na África expostas à malária.
3°C	1-4 bilhões de pessoas enfrentam falta de água, enquanto 1-5 bilhões sofrem com inundações.	150-500 milhões de pessoas adicionais com risco de passarem fome. Pico do aumento de produção agrícola em países temperados.	1-3 milhões de pessoas podem morrer de desnutrição.
4°C	Potencial redução de 30-50% da água em regiões como o Mediterrâneo.	Produção agrícola reduzida (menos 15-35% na África) ou totalmente inviabilizada (partes da Austrália).	Até 80 milhões a mais de pessoas expostas à malária na África.
5°C	Possível desaparecimento dos glaciais no Himalaia afetando um quarto da população chinesa e centenas de milhões de indianos.	Aumento da acidificação dos oceanos afeta gravemente os ecossistemas marinhos e os estoques de peixes para alimentação.	
6°C	Os últimos modelos científicos estimam que se as emissões continuarem a crescer É difícil prever as conseqüências dessa elevação na temperatura, uma vez que a Os efeitos, porém, deverão		

Fonte: Stern Review Final Report (2006) – Capítulo 3: How Climate Change Will Affect People Around The World.

TERRA

Derretimento do Permafrost ameaça construções e estradas no Canadá e na Rússia.

Até 10 milhões de pessoas são afetadas com o aumento do nível dos oceanos.

1–170 milhões de pessoas afetadas por inundações decorrentes do aumento no nível dos oceanos.

7–300 milhões a mais de pessoas sofrem com o aumento do nível dos oceanos.

Aumento do nível do oceano ameaça gravemente pequenas ilhas, regiões baixas e grandes cidades do mundo como Londres, Nova York e Tóquio.

no patamar atual, a temperatura poderá aumentar 6°C ou mais. temperatura final estará acima de qualquer experiência humana. ser catastróficos.

MEIO AMBIENTE

Pelo menos 10% das espécies que vivem em terra perigam a extinção. 80% de branqueamento dos recifes de corais.

15–40% das espécies correm risco de extinção. Alto risco de extinção para as espécies do Ártico.

20–50% das espécies correm risco de extinção. Floresta Amazônica sofre savanização (segundo alguns modelos).

Perda de metade da Tundra no Ártico. Cerca de 50% das reservas naturais do mundo se tornam incapazes de manter a preservação das suas espécies.

GRANDES IMPACTOS

Enfraquecimento das correntes térmicas no Oceano Atlântico.

Potencial derretimento irreversível da Groelândia.

Aumento do nível do mar em até 7 metros.

Risco de mudanças abruptas na circulação do ar, afetando monções.

Risco de derretimento da Antártica Ocidental.

Risco de colapso das correntes térmicas do Oceano Atlântico.



Entrevista especial

O Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado, Chefe do Departamento do Meio Ambiente do Itamaraty, foi convidado a compor a mesa de debatedores do Seminário **Posicionamento atual do Brasil nas negociações para o pós-Kyoto**, mas, por uma impossibilidade de agenda, foi representado no evento por André Odenbreit Carvalho, Chefe da Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Itamaraty. Abaixo, a entrevista concedida pelo ministro, de Brasília, à FBDS.

FBDS *O Sr. foi eleito presidente para o ano de 2008 do “Grupo de Trabalho ad-hoc sobre Ação Cooperativa de Longo Prazo sobre a Convenção do Clima”. Que papel o senhor deverá desempenhar nas negociações internacionais e o que esta indicação representa para o Brasil?*

Na Conferência das Partes da Convenção do Clima, realizada em Bali no fim de 2007, foi criado um novo processo negociador sobre o futuro do regime de mudança do clima. O Brasil ficou encarregado de presidir, por meu intermédio, esse processo que vai até 2009, justamente no primeiro ano que é 2008, o que nos coloca em uma posição estratégica e reafirma nosso papel proativo e de conciliador.

Essa eleição representa um reconhecimento da importância do Brasil nas negociações internacionais, e especificamente nas negociações na área de mudança do clima e do papel de liderança que o país tem assumido, especialmente na busca de soluções de conciliação entre os diversos interesses mundiais. E é também um reconhecimento dos esforços feitos nessa área e da disposição do país em fazer mais.

FBDS *Qual é a visão do Governo Federal no processo global de negociação e de tratamento internacional de mudança climática?*

Nós vemos esse processo como fundamental, que é duplo porque por um lado existe em curso a negociação das novas metas obrigatórias de redução de emissões para os países do Anexo 1 – os industrializados – no âmbito do Protocolo de Kyoto, portanto as novas metas para o período de 2012. E por outro lado, essa nova negociação, que foi criada em Bali, que possibilitará um aprofundamento de esforços dos países em desenvolvimento, e ao mesmo tempo englobará todos os países desenvolvidos, portanto também os que não forem signatários de Kyoto. O Brasil está engajado em aprofundar as nossas ações de redução de emissões que sejam mensuráveis, transparentes, sujeitas a um processo periódico de revisão, no âmbito de um esforço verdadeiramente global de combate à mudança do clima.

“ O tom do IPCC deve ser científico, ou seja, pode reconhecer os avanços de Kyoto, mas não recomendá-lo ou prescrevê-lo aos políticos ”

Hans Verolme, diretor do Programa de Mudança Climática da WWF

FBDS *Em Bali, foram consolidados os compromissos dos países em desenvolvimento com ações de mitigação. Esses compromissos já existiam na Convenção. Então o que mudou?*

Mudou muito, porque esse processo novo lançado em Bali é de aprofundamento da implementação da Convenção do Clima, é instrumentalizar as obrigações. O tema tem de ser tratado com urgência e, por isso, ao invés de se criar um novo protocolo, é mais rápido implementar de forma eficaz o documento que já temos. Então é daí que parte a idéia de se ter ações ampliadas de mitigação pelos países em desenvolvimento e que estejam de acordo com o contexto do desenvolvimento sustentável desses países, que sejam mensuráveis, transparentes e verificáveis, e também apoiadas por fluxos adequados de financiamento e de tecnologia.

Nesse processo, também se buscam compromissos que sejam mensuráveis, transparentes e verificáveis, para as ações dos países desenvolvidos que não estejam em Kyoto, e que sejam comparáveis aos esforços daqueles que têm obrigações de redução de emissões previstas no protocolo.

FBDS *E que ações efetivas os países podem fazer num curto prazo?*

Os países em desenvolvimento já vêm agindo concretamente. Entre ações, pode-se citar o aumento de uso de fontes renováveis de energia, até mesmo com metas internas. O Brasil tem um objetivo interno, determinado por lei, de misturar biodiesel ao diesel que é comercializado no país. São medidas que fazem parte de um contexto de desenvolvimento sustentável, mas que trazem claramente um benefício para o clima global, porque reduzem as emissões. Agora, cada país em desenvolvimento tem uma característica própria. Alguns terão ações na área florestal, outros farão alterações na matriz energética, outros na área de agricultura. Há um número considerável de medidas e políticas públicas que podem ser implementadas por esses países e que têm um benefício muito claro, muito direto para o clima.

No caso de países desenvolvidos, há um caminho previsto em Kyoto que define determinadas metas quantitativas, mas que não determina como cada país cumprirá a sua meta, deixa livre para que, de acordo com características próprias, cada país atue de modo a reduzir emissões, desde que cumpra aquela meta.

FBDS *Se fosse possível separar completamente a questão política que envolve as negociações entre os países e se ater apenas à ciência, o caminho seria mais claro e mais fácil?*

O embasamento científico é fundamental para nortear as ações políticas. Devemos sempre ser guiados pelo o que chamamos de a melhor ciência disponível, que, no caso, nos é dada pelo IPCC, que representa um consenso das literaturas científicas sobre a questão de mudança do clima. Mas não acho que há uma separação entre o que deve ser política e o que deve ser científico. A ciência tem que informar e embasar a atuação política. Sem uma visão clara do que a ciência diz não é possível se promover qualquer negociação. E neste caso, a negociação é de extrema importância para toda a comunidade internacional, por se tratar de questão de sobrevivência da humanidade. Mas também há que se repartir os esforços, que é uma questão política, e aí entram os fatores econômicos, políticos, que são impossíveis de se evitar, além de justiça e equidade e da busca de uma ordem mundial que seja fundamentalmente— justa e democrática.

“ A mudança climática oferece um desafio singular à economia: é a maior e mais extensa falha da economia de mercado já vista. **”**

Nicholas Stern, autor do Relatório Stern ‘A Economia da Mudança Climática’, encomendado pelo governo britânico

O Seminário: abertura



O primeiro Seminário FBDS da agenda de 2008 foi realizado dia 28 de abril, na sede da fundação, sob o tema **Posicionamento atual do Brasil nas negociações para o pós-Kyoto** e reuniu cientistas, pesquisadores, ambientalistas, representantes do Governo, da sociedade civil e da imprensa.

Israel Klabin, presidente da FBDS, fez a abertura do seminário e falou da relevância do tema, dos avanços em termos de dados científicos e do agravamento do quadro da situação do planeta. “Temos tido, esse grupo que trata do tema desde 92, uma ação que transpira do histórico da nossa presença no assunto e que foi acrescida com dados de ciência importantes. O problema do aquecimento global, da mudança do clima, cresceu muito e é hoje um dos mais sérios da humanidade. Tem uma importância que não é relativa, mas absoluta, para o Brasil e o restante do mundo”.

Segundo Klabin, o Protocolo de Kyoto – documento assinado em 1997, na cidade japonesa, que objetiva estabelecer metas de redução na emissão de gases estufa na atmosfera – apresentou-se, há dez anos como uma possível solução. Mas não resolveu o problema. “O protocolo demonstra que mecanismos existem, mas que para serem implementados convenientemente com o efeito final que nós queremos, ou seja, a descarbonização da matriz energética, pouco adiantou, pois as emissões aumentaram cada vez mais”.

Para o debate, Klabin sugeriu que fossem abordadas as prioridades quanto ao rumo da situação. “Se queremos mudar esse quadro, devemos agir prioritariamente na descarbonização da matriz energética e na diminuição das emissões oriundas de desmatamento. Mas há também que se promover a conservação de biodiversidade, e, principalmente, que se mude o modelo econômico vigente: o de aumento do desenvolvimento através de aumento de consumo”.

Demóstenes Barbosa

Representante da AES Tietê, geradora de energia elétrica que responde por 2% da produção de energia no país, Demóstenes Barbosa, foi convidado a falar sobre a aposta da AES Tietê na série de Seminários promovidos pela FBDS e qual é a participação da empresa neste processo de se conter as emissões de gases do chamado efeito estufa.

“Hoje, se nós quisermos projetar um futuro para as indústrias de energia elétrica, é preciso que se pense, em médio e longo prazos, na direção da descarbonização. O Brasil ainda consegue operar com matriz energética limpa, mas não podemos ignorar os recursos que utilizamos para gerar energia e atender à nossa demanda crescente”.

A AES Tietê desenvolveu uma metodologia, hoje aprovada pela Organização das Nações Unidas – ONU, que permite reflorestar áreas extensas. “Precisávamos cuidar das margens dos reservatórios das usinas que operamos em São Paulo, uma extensão de 5 mil quilômetros lineares de bordas de reservatórios, numa faixa em média de 30 metros, em cerca de 15 mil hectares. Proteger essa área, que é o potencial hidroenergético que operamos, requeria uma visão de longo prazo. E a lógica foi reflorestar”, disse Demóstenes Barbosa, diretor de Gestão de Meio Ambiente e Créditos de Carbono da AES Tietê.



Emissões totais por países

não considera desflorestamento / gases do efeito estufa

Estados Unidos	6.928
China	4.938
União Européia	4.725
Rússia	1.915
Índia	1.884
Japão	1.317
Alemanha	1.009
Brasil	851
Canadá	608
Reino Unido	654
Itália	531
Coréia do Sul	521
França	513
México	512
Indonésia	503
Austrália	491
Ucrânia	482
Irã	480
África do Sul	417
Espanha	381
Polônia	381
Turquia	355
Arábia Saudita	341
Argentina	289
Paquistão	285
Resto do mundo	5.751
Países desenvolvidos	17.355
Países em desenvolvimento	16.310

Emissões totais por países

considera desflorestamento / gases do efeito estufa

Estados Unidos	6.928
China	4.938
União Européia	4.725
Indonésia	3.053
Brasil	2.251
Rússia	1.975
Índia	1.884
Japão	1.317
Alemanha	1.009
Canadá	760
Reino Unido	654
México	612
Itália	531
Coréia do Sul	521
França	513
Austrália	491
Ucrânia	482
Irã	480
África do Sul	417
Espanha	381
Polônia	381
Turquia	355
Argentina	349
Arábia Saudita	341
Paquistão	285
Resto do mundo	5.751
Países desenvolvidos	17.355
Países em desenvolvimento	16.310

Emissões per capita

	CO ₂ (tons)	Ranking		CO ₂ (tons)
Qatar	67.9	1	Palau	12.9
Emirados Árabes	36.1	2	Nauru	12.8
Kuwait	31.6	3	Dinamarca	12.5
Austrália	25.6	4	Alemanha	12.3
Bahrein	24.8	5	Reino Unido	11.1
Estados Unidos	24.5	6	Coréia do Sul	11.1
Canadá	24.1	7	União Européia	10.5
Brunei	21.7	8	Japão	10.4
Luxemburgo	21.0	9	Polônia	9.8
Trinidad e Tobago	19.3	10	Ucrânia	9.7
Nova Zelândia	18.9	11	Argentina	9.6
Antigua e Barbuda	18.5	12	África do Sul	9.5
Irlanda	17.3	13	Espanha	9.4
Estônia	16.6	14	Itália	9.2
Arábia Saudita	16.4	15	França	8.7
Bélgica	14.5	16	Irã	7.5
Indonésia	14.4	17	Turquia	5.3
República Tcheca	13.9	18	México	5.2
Singapura	13.9	19	China	3.9
Turquemenistão	13.8	20	Paquistão	2.1
Países Baixos	13.5	21	Índia	1.9
Finlândia	13.3	22	Desenvolvido	14.1
Rússia	13.2	23	Em desenvolvimento	3.3
Brasil	13.0	24	Mundo	5.6

Fonte das tabelas: "Navigating the Numbers: Greenhouse Gas Data and International Climate Policy" do World Resources Institutes (2005). http://archive.wri.org/publication_detail.cfm?pubid=4093

Rubens Ricupero foi Embaixador do Brasil em Genebra, Roma e Washington. Também foi assessor direto de dois presidentes brasileiros, além de Ministro da Fazenda, do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Durante quase uma década, exerceu as funções de Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD e Subsecretário Geral da ONU.

Com a experiência conferida por tantos anos em instâncias diplomáticas e governamentais, Rubens Ricupero ficou responsável pela mediação do Seminário **Posicionamento atual do Brasil nas negociações para o pós-Kyoto**. Mas sua contribuição foi muito além: pôs à disposição da platéia do encontro anos de conhecimento e ação junto a entidades mundiais e convocou todos à reflexão.

“O problema da mudança climática é a questão definidora do nosso tempo”. Essa frase foi proferida pelo Secretário Geral da ONU, o ex-chanceler sul-coreano Ban Ki-Moon. E Ricupero é seguidor desta premissa “Não há dúvida: nenhuma outra questão é tão global quanto esta. É a primeira vez que nós, seres humanos, somos capazes de replicar forças de tipo astronômico ou geológico. Nós podemos afetar o planeta como um todo. Portanto, nada pode ser mais global do que a mudança do clima”.



Para Ricupero, a questão do clima é uma questão de sobrevivência explicitada nas evidências científicas divulgadas pelo IPCC. O mais recente relatório afirma que se continuar na base do “business as usual” haverá não só um aumento da temperatura média do planeta entre 2 e 2,4 graus, o que é inevitável pelo já acumulado, mas é possível que se chegue a um aumento de até 6 graus. Somente a era glacial registrou uma variação tão grande, de 5 graus para menos, e as consequências foram terríveis.

“Se assim for, e os cientistas do IPCC afirmam haver mais de 92% de certeza na conclusão, estaremos diante da segunda maior ameaça da história humana dos últimos 70 anos. A primeira foi o perigo de uma hecatombe nuclear, sobre qual Emanuel Munier¹ dizia que era a primeira vez na história da humanidade, em que tínhamos transformado o suicídio numa possibilidade coletiva”. Esse suicídio coletivo, felizmente não ocorreu. Mas alguns dos mais importantes climatologistas do mundo, como o James Hansen², acreditam não restar mais do que oito a quinze anos para evitar uma catástrofe climática irreversível. “Se todos concordarmos que o problema é extremamente grave e premente, a conclusão é de que a negociação pós-Kyoto é praticamente uma negociação sobre a própria sobrevivência”.

Para Ricupero, uma conclusão lógica de tal raciocínio é que não pode haver contradição entre interesses nacionais e esses interesses coletivos superiores. “Qualquer interesse nacional, por mais legítimo que seja, seria sacrificado se o planeta não sobrevivesse. Nós não podemos abordar essa negociação na base de interesses estreitos. Os interesses nacionais são legítimos, mas não me parece que eles possam contradizer o interesse coletivo. Esses interesses nacionais terão que ser harmonizados, e o ‘princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada’³ deverá ser levada em conta. Ninguém é isento de alguma responsabilidade. Diferenciado não significa não ter responsabilidade”.

Neste aspecto, os Estados Unidos têm a principal responsabilidade historicamente, respondem também, na atualidade, pela maior fatia das emissões e, ademais, são o país com a maior capacidade tecnológica

¹ Emanuel Munier – filósofo francês do personalismo, fundador da revista *Esprit*, autor do livro *O Personalismo*.

² James Hansen – Diretor do Instituto Espacial Goddard da Agência Nacional de Aeronáutica e Espaço – NASA, dos Estados Unidos. Em 1988, inaugurou a era “aquecimentista”, ao declarar que tinha 99% de certeza de que o aquecimento global antropogênico era uma realidade.

³ Responsabilidade comum, mas diferenciada – é um princípio previsto na Convenção do Clima que diz que alguns países têm uma responsabilidade maior do que outros, embora todos tenham responsabilidades. A diferenciação leva em conta questões históricas, como as emissões passadas, além das capacidades financeiras e tecnológicas de cada país.

e financeira para ajudar na solução. “Desta forma, nenhum regime internacional efetivo pode ser definido contra os Estados Unidos ou diante de sua indiferença. Há expectativa de que com as eleições presidenciais mude a postura negativa de obstrução dos EUA, já que todos os candidatos têm posições favoráveis a compromissos de limites de emissão de gases estufa. Mas não existe ainda garantia alguma. Além disso, deve-se considerar o caso da China, que mantém com os EUA uma simbiose perfeita, não só em matéria econômica, comercial e financeira – na qual um depende do outro. Há igualmente entre ambos uma simbiose ambiental, uma vez que, ao comprar da China boa parte das manufaturas de que necessitam, os americanos terceirizam a poluição. Portanto, sem que esses dois países estejam envolvidos de uma maneira efetiva, qualquer regime internacional seria condenado ao fracasso”.

Ainda que o Brasil não seja o ator principal dessa negociação, é preciso pensar na responsabilidade brasileira quanto ao chamado período pós-Kyoto. A mudança do clima é um dos poucos temas, junto com as negociações agrícolas, em que nenhum acordo internacional significativo pode ser concluído sem que o Brasil participe. O Brasil tem que fazer parte desse processo por apresentar algumas características e condições peculiares e únicas, quais sejam: a maior floresta tropical, na Amazônia, uma das principais reservas de água doce e de biodiversidade, matriz energética relativamente limpa e experiência de trinta anos com etanol.

No Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento, é muito comum se dizer que o problema é saber se um acordo como o de Kyoto não irá prejudicar as possibilidades de desenvolvimento do país. Diante desse tipo de contestação devemos perguntar: será verdade que uma política adequada de combate ao Aquecimento Global diminui as possibilidades de desenvolvimento? E que o crescimento dos países emergentes terá que infalivelmente reproduzir o padrão de desenvolvimento dos países que tanto danificaram a atmosfera e a biodiversidade? Será que não existem hoje tecnologias para indústria, transporte, geração de energia que tornem possível minimizar os efeitos nocivos e, justamente por isso, permitam dizer que não há incompatibilidade entre o Brasil se desenvolver e dar uma contribuição apreciável ao combate do Aquecimento Global?

Para todas essas perguntas, Ricupero responde pela afirmativa. “Eu acho que o Brasil sim, tem condições de compatibilizar desenvolvimento e proteção do meio ambiente. A própria experiência que tivemos com a substituição dos combustíveis líquidos pelo etanol mostra que existe um espaço para se buscar uma solução de desenvolvimento que gere uma vantagem comparativa, como a que o Brasil tem com o etanol, e uma contribuição positiva no combate ao Aquecimento Global”.

“O Governo brasileiro deve aproveitar o potencial do Brasil e ser um facilitador. Acho que a posição brasileira nas negociações internacionais tem que ser de diferenciação, não só em relação aos Estados Unidos e aos países desenvolvidos, mas também em relação à China, à Índia, aos países exportadores de petróleo e outros. Acho que o Brasil tem hoje uma posição muito favorável para isso, que se reflete na indicação do Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado, Chefe do Departamento do Meio Ambiente do Itamaraty, para ser o presidente do primeiro ano de negociação do pós-Kyoto”, finaliza Rubens Ricupero.

O debate

Após a explanação do Embaixador Rubens Ricupero, do professor Gylvan Meira e do Conselheiro André Carvalho, os presentes na platéia do Seminário Posicionamento atual do Brasil nas negociações para o pós-Kyoto foram convidados a debater o tema. Abaixo e nas demais páginas, alguns depoimentos, fruto deste encontro.

“O governo tem demonstrado que tem considerado o problema do desmatamento sério, porém, conflitante com as suas metas de desenvolvimento econômico, o que fica claro uma vez que todas as políticas apresentadas pelo Governo para coibir desmatamento não estão funcionando”.

“Precisamos de um novo paradigma de modelo de desenvolvimento econômico para utilização das florestas e este paradigma ainda não existe”.

Ao longo das últimas décadas, o Brasil tem contribuído nas negociações para a redução do aquecimento global, atuando na formulação de documentos e na proposta de idéias, muitas das quais aceitas em âmbito internacional. Um dos cientistas brasileiros que participa ativamente de tais contribuições é o professor e doutor em astrogeofísica, Luiz Gylvan Meira Filho, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

Gylvan Meira foi diretor científico do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, presidente da Agência Espacial Brasileira e secretário de Políticas e Programas de Ciência e Tecnologia do Ministério de Ciência e Tecnologia. Entre as muitas atuações em políticas públicas e como cientista, as seguintes lhe conferem autoridade sobre o tema das negociações pós-Kyoto: foi vice-presidente do IPCC; Conselheiro Científico da Secretaria da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima; presidiu os Grupos de Negociação do Protocolo de Kyoto dos Artigos 3 (sobre metas de redução de emissões dos países industrializados) e 12 (sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo). Também foi membro do Comitê Executivo do MDL e primeiro presidente do seu Painel de Metodologias.

Em 1990, o IPCC afirmou que a detecção da mudança ainda tardaria pouco mais de uma década, em função da variabilidade natural do clima. Em 2008, veio a confirmação: “a mudança de clima foi detectada de forma inequívoca”, afirma categoricamente o último relatório do IPCC (www.ipcc.ch/ipccreports/ar4-syr.html). As implicações disto são tremendas e talvez corroborem com a afirmativa de John Houghton, antigo co-presidente do comitê científico do IPCC junto com o professor Gylvan: “arma de destruição em massa é a mudança de clima”. Para Gylvan Meira, a frase de Houghton é forte, mas tem uma razoável dose de razão. “Acredito que o efeito seja insidioso e lento, mas certamente haverá destruição em massa”.

Baseado nas projeções da ONU e da Agência Nacional de Energia sobre população e consumo energético, o caminho que a humanidade vem trilhando mostra que: mesmo que a concentração de gases fosse estabilizada, nos níveis atuais, a temperatura continuaria subindo. Alguns países já aceitaram esta hipótese e começaram a atuar de forma mais efetiva. Assim, a União Européia propôs um pacto para que todos os países agissem no sentido de limitar a mudança de clima em 2 graus em meados do século. Segundo Gylvan Meira esta posição, infelizmente, não foi aceita pelos Estados Unidos e pelo Brasil.

“É absolutamente necessário que o mundo defina o limite que a mudança do clima pode atingir. A única forma de consenso é que cada país diga o que quer, e depois os diplomatas negociem. Hoje, sabemos que o fluxo de carbono para o mar é de 2,2 bilhões de toneladas, medido com precisão graças aos experimentos nucleares na atmosfera. Sabemos quanto sai para o oceano e o quanto ele tinha em 1990. A única forma de estabilizar a concentração atmosférica de dióxido de carbono é reduzir as emissões para 2,2 bilhões de toneladas de carbono por ano. O mais grave é que, ainda que se defina o aumento de temperatura a ser tolerado, haverá que reduzir as emissões globais em 60%, em relação aos níveis de 1990, seja qual for o nível de estabilização desejado. O único grau de liberdade que a humanidade tem é escolher quando fazê-lo. Se começar agora, estabilizará em dois graus. Se esperar uma década ou duas, estabilizará em três graus e por aí a fora”.

Princípio do Poluidor-Pagador

O Princípio do Poluidor-Pagador estabelece que, ao poluidor, devem ser imputados os custos necessários ao combate à poluição, custos esses determinados pelo Poder Público para manter o meio ambiente em estado aceitável, bem como promovendo a sua melhoria. Pode ser entendido com o recurso econômico utilizado para que o poluidor arque com os custos da atividade poluidora, ou seja, haja a internalização dos efeitos externos, passando assim a repercutir nos custos finais dos produtos e serviços oriundos da atividade.

No Brasil, o princípio está consagrado nas legislações que versam sobre meio ambiente, como a que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/91) que assim o prevê no Art. 4º, VIII: “A imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, e ao usuário, de contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos”.

Ainda há a questão distributiva, sobre a qual o professor Gylvan concebeu a proposta feita pelo Brasil em 1997, que previa que a repartição do ônus fosse proporcional à contribuição de cada país para o aquecimento global. “Deve-se separar o problema global do problema distributivo. E, como cidadão, gostaria que o Governo concordasse em estender essa proposta, que foi feita em 1997, para o conjunto de países do mundo”.

Segundo Gylvan Meira, as chances de se avançar positivamente são por meio da adoção, e quantificação, do princípio do poluidor-pagador. Mas é preciso que seja adotado imediatamente. “Se não se fizer isso rápido, os governos serão atropelados pelas formas de planejamento do setor privado, que ocorrem fora das negociações das Nações Unidas, e que no momento tem se preocupado com planejamento de prazo mais longo e com medidas mais brandas”.

Para finalizar, o professor acredita que o Brasil deve definir o que quer e agir. “Deveríamos parar de nos preocupar com o que os Estados Unidos, a China ou a ONU vão fazer e definirmos o que nós queremos, e o que podemos fazer. O Brasil é um dos condôminos desse planeta e como tal precisa limitar suas emissões”.



A base científica das Mudanças Climáticas

Relatórios do Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC

Todo o conhecimento produzido pelo IPCC se apresenta na forma de relatórios, chamados de Relatórios de Avaliação sobre o Meio Ambiente (Assessment Reports), ou simplesmente AR's.

Os AR's são publicados de cinco em cinco anos, sempre divididos em quatro capítulos. O primeiro dos relatórios (1990) concluiu que a continuação do acúmulo de gases de efeito estufa antrópicos na atmosfera conduziria à mudança do clima, cujo ritmo e magnitude provavelmente teriam efeitos importantes nos sistemas natural e humano. Também sugeriu que se criasse uma instância de negociação política sobre mudanças climáticas, o que culminou na criação da Convenção do Quadro das Nações Unidas para Mudanças do Clima (ou UNFCCC, sigla em inglês), em 1992.

O segundo relatório (1995) propunha um sistema de mitigação da emissão de CO₂, principal fonte causadora do efeito estufa. Como resultado, foi instituído, em 1997, no âmbito da UNFCCC, o Protocolo de Kyoto.

O terceiro relatório (2001) trazia fortes evidências que a ação do homem era promotora de mudanças climáticas, e projetava cenários alarmantes de aumento de temperatura na Terra e suas consequências nos mais diversos biomas.

O quarto relatório (2007) aumentou o nível de confiabilidade do que fora evidenciado no relatório anterior, se beneficiando de dados disponibilizados por uma tecnologia ainda não acessível no ano do AR3. O estudo constata algo que até 10 anos atrás era impossível de afirmar com certeza: 90% das alterações no meio ambiente são antropogênicas, ou seja, causadas pelo próprio homem. Este relatório foi atualizado e divulgado em abril de 2008 e diz que a taxa recente de mudança é dramática: a concentração de gás carbônico na atmosfera aumentou 30 partes por milhão (ppm) em apenas 17 anos e que 75% desse aumento é representado pela queima de combustíveis fósseis, como petróleo e carvão – portanto, ação humana. O IPCC alertou para o fato de a concentração ter superado 375 ppm.

Convidado para comentar a visão do Governo Federal no processo de negociação e de tratamento internacional de mudança climática, André Odenbreit Carvalho, Chefe da Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores, iniciou sua participação destacando a importância de preservar a Convenção Quadro de Mudança do Clima das Nações Unidas e o Protocolo de Kyoto que, segundo ele, são instrumentos que asseguraram a legitimidade multilateral no tratamento da questão do clima, que é global.

“Nós acreditamos que, devidamente implementados, esses são dois instrumentos capazes de oferecer o encaminhamento positivo para o desafio de mudança do clima. O problema que existe é de cumprimento dos compromissos assumidos: decorre do fato de que a implementação efetiva da Convenção e do Protocolo não aconteceu”.

Para Carvalho, reabrir a Convenção e o Protocolo de Kyoto provavelmente geraria uma negociação longa, que a urgência do desafio climático não pode permitir. “Nós não podemos ficar outros tantos anos negociando novos instrumentos para tratar dessa questão. Ela é urgente. Precisamos é implementar as decisões já tomadas”.

Neste sentido, o Governo brasileiro não acredita que o Protocolo de Kyoto tenha vigência específica. “Não se pode determinar um período como

pós-Kyoto. O que tem prazo sim, que se encerra em 2012, é o primeiro período de cumprimento dos compromissos de Kyoto. Então, deverá iniciar-se um novo período de cumprimento, com novas metas de redução de emissões. Mas o Protocolo e o formato político de enfrentar o problema da mudança do clima por intermédio de metas, isso não tem limite temporal pré-determinado”.

Segundo o representante do Ministério das Relações Exteriores, o Brasil tem mantido uma atuação proativa, ou seja, apresentando idéias novas na expectativa de poder contribuir para o avanço das negociações. “O modelo para definição de responsabilidades históricas é um exemplo claro de participação pró-ativa do Brasil, bem como a idéia original que gerou o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e a proposta de incentivos positivos para o tratamento de redução de emissões decorrentes de desmatamento, que o Brasil também apresentou”.

O desafio é então criar condições para que todos possam participar de um esforço que efetivamente é global. “Não há como enfrentar mudança do clima sem a participação de todos. E isso é reconhecido na Convenção, no artigo 4.1, que é claro: todos os países são responsáveis por ações de mitigação. A natureza de tal ação é que é distinta, em cada caso, de acordo com as condições do país específico”.

O debate

“De acordo com os números do IPCC, contestado por alguns, o desmatamento implica em 19% do total das emissões, ou seja, é o segundo assunto mais importante depois da matriz energética”.

“É preciso trazer para a discussão o grupo de ciência e aqueles dedicados aos dois problemas fundamentais: as emissões da matriz energética de um lado e o desmatamento do outro”.

“É preciso discutir até que ponto os subsídios diretos ou indiretos existentes atualmente, e que em geral dependem do Governo – BNDES Banco da Amazônia, são o que torna possível qualquer atividade econômica na Amazônia. Antes de se falar nos incentivos positivos, é preciso ver o que o Governo poderia fazer para eliminar estes subsídios”.

“Nós gostaríamos que o Conselheiro André Carvalho fosse o encaminhador das angústias que nos afligem, ao Governo, para que as mesmas fossem incluídas na agenda de discussões futuras, com qualquer um de nós que participe e está disposto a colaborar”.

Metas de redução existem no Protocolo de Kyoto, para os países desenvolvidos e os países com economias em transição, que saíram de um sistema centralizado para um sistema de mercado. A definição de metas como instrumento exclusivo para tais países, e não para os países em desenvolvimento, obedece ao princípio de ‘responsabilidades comuns, porém diferenciadas’ consagrado no Artigo 3 da Convenção.

As responsabilidades históricas de países por emissões devem nortear sua contribuição para a solução do problema. Entre 1850 e 2005, o aumento médio de temperatura na superfície terrestre foi de 0,7 grau, dos quais 0,6 correspondem aos países desenvolvidos. Outros aspectos de diferenciação são também importantes, como os diferentes desafios de desenvolvimento enfrentados pelos países e suas distintas capacidades financeiras e tecnológicas.

Diferenciação, contudo, não exime ninguém de suas responsabilidades: “O Brasil acredita que a responsabilidade nacional existe independentemente de qualquer fator. Mas também reconhece que a Convenção define um compromisso jurídico formal de transferência de recursos financeiros e de tecnologia em benefício dos países em desenvolvimento e que isso afeta a capacidade de atuação de muitos países em desenvolvimento. Estes países já estão contribuindo para o esforço global, a exemplo do Brasil, que, nos últimos 30 anos, com o uso de etanol, evitou emissões equivalentes a 644 milhões de toneladas de carbono”, diz André Carvalho.

No caso brasileiro, está claro que é preciso lidar com o problema do desmatamento como parte estratégica para as ações de mitigação. “Para uma solução definitiva, as ações governamentais de controle e repressão não são suficientes. O problema do desmatamento exige uma solução de desenvolvimento sustentável que finalmente torne a floresta em pé mais valiosa do que a floresta derrubada”, finaliza André Carvalho.



“O que a gente tem que fazer, para reduzir a taxa de desmatamento, para a floresta em pé valer mais do que ela derrubada?”

“Gostaria de saber se de fato o sistema das Nações Unidas, que tem sido um marco de todas essas conversas, terá a capacidade de fazer frente a este desafio que se coloca diante da humanidade e se pode haver outros mecanismos”.

“Não seria imperativo que se diferenciasse a responsabilidade histórica, ou seja, o papel de cada um dos países historicamente no acúmulo dessas emissões, e a quantidade absoluta de emissões que serão feitas pelos diferentes países daqui para frente?”

“A Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos publicou um estudo alarmante: enquanto na década de 90 a taxa de emissões crescia numa média de 0,7% ao ano, a partir de 2000 passa a crescer 2,9%. São quatro vezes mais. E uma boa porcentagem disso vem da China”.

“A iniciativa desse primeiro seminário foi muito feliz em reunir, para discussão de temática de suma importância, muitas das pessoas que estão protagonizando o Brasil nos diversos momentos dos fóruns internacionais”.

O que deveria ser a proposta brasileira

Como desfecho do primeiro seminário FBDS e contra esse cenário preocupante, é que nos atrevemos a propor os seguintes princípios para voltar a dar ao Brasil a posição proativa que já teve tão preponderantemente em 1992, 1997, em tantas outras conferências anteriores, e que, infelizmente, perdeu:

1º – A posição brasileira deveria ser diferenciada em relação tanto aos países desenvolvidos, quanto aos de matriz energética “suja” como a China e a Índia. O papel do Brasil deveria ser de intermediário e facilitador, como foi nos dois grandes momentos de nossa ação no tema: a Conferência do Rio de Janeiro em 1992 e a definição do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo em 1997.

2º – O Brasil tem de reconhecer sua responsabilidade nas queimadas na Amazônia e em outros pontos do território, inclusive nas relacionadas à colheita de cana, comprometendo-se a pôr fim ao desmatamento por meio de metas quantificáveis.

3º – Para tanto, seria lógico incluir as florestas nativas num expandido Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, exigindo-se compensações pela contribuição à redução das emissões, pelos serviços ambientais prestados à comunidade internacional, inclusive em matéria de biodiversidade e pela renúncia a outros usos legítimos do solo.

4º – O Brasil se empenharia em tentar coordenar posições comuns com os países da América Latina, evitando o isolamento no qual se encontrou com frequência em temas como o das florestas. Nesse sentido, procuraria ativar o Tratado de Cooperação Amazônica. Em conjunto com os demais países amazônicos, se coordenaria ações de desenvolvimento harmônico e sustentável, com base na conservação do patrimônio florestal e da biodiversidade.

5º – As políticas brasileiras nas negociações e foros internacionais deveriam ser objeto de consulta transparente com os setores interessados da sociedade civil, em processo genuíno de informação, diálogo e intercâmbio de opiniões.

Israel Klabin





O Brasil pode:

1º – Protagonizar o engajamento das forças de mercado nos esforços pela restauração e preservação de florestas, através de uma política que promova ações proativas, da iniciativa privada, reguladas e monitoradas, pelo governo federal.

2º – Condicionar a participação de agentes privados, nacionais e internacionais, em projetos de restauração e proteção de florestas, a contrapartidas de investimentos no desenvolvimento sustentável da região amazônica, utilizando tecnologias limpas, e, de forma orientada para a política industrial e de desenvolvimento econômico e social da região.

3º – Promover o conhecimento, a educação ambiental e o reconhecimento internacional sobre a importância das florestas como ecossistemas essenciais ao equilíbrio do clima do planeta, particularmente a importância das florestas tropicais para esse equilíbrio.

4º – Liderar o estabelecimento de um foro permanente e amplo de discussões e proposições de projetos, tecnologias e políticas para o engajamento das forças de mercado no desenvolvimento sustentável da Região Amazônica, cujos resultados poderiam se constituir em subsídios para o governo Brasileiro.

Demóstenes Barbosa

Créditos

// Realização // Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável // FBDS – www.fbds.org.br

// Conselho curador da FBDS // Israel Klabin, Philippe Reichstul, Maria Silvia Bastos Marques, Rubens Ricupero, Thomas Lovejoy e Jerson Kelman

// Coordenação // Fabiana Moreno

// Conteúdo Técnico // Walfredo Schindler e Luis Alberto Saporta

// Projeto Editorial // DaGema Comunicação // www.dagemacomunicacao.com.br

// Textos // Ana Catarina Godoy e Lília Giannotti

// Projeto Gráfico // Chris Lima // Evolutiva Estúdio // www.evolutivaestudio.com

// Diagramação // Danielle Stern // Evolutiva Estúdio

// Imagens // Rogério Resende



ES : Tietê